

estudos e pesquisas

Nº 64 – março de 2013

Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2012

Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2012

Em 2012, aproximadamente 95% das 704 unidades de negociação analisadas pelo Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE) conquistaram aumentos reais de salários, na comparação com a evolução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE). Ou seja, em cerca de 95% das negociações acompanhadas, o percentual total de majoração dos salários superou a mera reposição da inflação, conforme indicado pela variação do INPC-IBGE. Por outro lado, cerca de 4% das negociações conquistaram reajustes em percentual igual a este índice de inflação, e em apenas 1% o reajuste foi inferior. O aumento real médio observado nas negociações foi de 1,96% acima do INPC-IBGE.

No balanço dos reajustes salariais do 1º semestre de 2012, quando foram analisados os resultados de 370 unidades de negociação, o percentual de reajustes acima da inflação – sempre na comparação com a evolução do INPC-IBGE – foi ligeiramente maior, em torno de 97%, e o aumento real médio, por sua vez, 2,23%. Apesar do recuo no segundo semestre¹, 2012 se manteve como o melhor ano para as negociações dos reajustes salariais entre os analisados pelo DIEESE desde 1996.

Neste balanço serão apresentadas algumas das principais características dos reajustes salariais negociados em 2012. Por uma questão metodológica, eles serão comparados aos reajustes obtidos pelas mesmas 704 unidades de negociação nos quatro anos anteriores, completando, assim, um panorama de meia década de negociação dos reajustes salariais.

Resultados

Dos reajustes analisados pelo SAS-DIEESE em 2012, cerca de 95% resultaram em ganhos reais aos salários, resultado que coloca o ano como o mais expressivo em termos de unidades de negociação com reajustes acima da inflação desde 1996.

Na comparação com os reajustes obtidos pelas mesmas 704 unidades de negociação em 2008, observa-se um crescimento da ordem de 16 pontos percentuais (p.p.) na ocorrência de reajustes acima da variação do INPC-IBGE em 2012.

¹ No segundo semestre, 93% das negociações analisadas tiveram aumento real, que na média ficou em 1,61%.

Esse crescimento não foi uniforme. Observam-se dois momentos distintos de grande elevação: o primeiro em 2010, com crescimento em torno de 7 p.p. em relação a 2009; e o segundo em 2012, com crescimento de 7,5 p.p. em relação a 2011. Por outro lado, observa-se entre 2010 e 2011 uma ligeira redução na ocorrência de aumentos reais, de 0,7 p.p (Tabela 1).

TABELA 1
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008-2012

	(em %)				
Varição	2008	2009	2010	2011	2012
Acima do INPC-IBGE	78,3	80,5	87,8	87,1	94,6
Mais de 5% acima	0,6	1,7	4,3	1,4	4,4
De 4,01% a 5% acima	0,9	1,4	3,4	1,4	4,0
De 3,01% a 4% acima	3,3	2,8	8,8	5,7	3,7
De 2,01% a 3% acima	9,7	11,4	16,3	15,2	28,4
De 1,01% a 2% acima	29,7	25,7	27,7	36,1	34,2
De 0,01% a 1% acima	34,2	37,5	27,3	27,3	19,9
Igual ao INPC-IBGE	10,7	11,6	7,7	7,1	4,1
De 0,01% a 1% abaixo	9,5	5,4	4,0	4,8	1,1
De 1,01% a 2% abaixo	0,9	0,6	0,1	0,4	0,1
De 2,01% a 3% abaixo	0,3	0,6	0,1	0,3	-
De 3,01% a 4% abaixo	-	0,1	0,1	-	-
De 4,01% a 5% abaixo	-	0,1	0,1	-	-
Mais de 5% abaixo	0,4	1,0	-	0,3	-
Abaixo do INPC-IBGE	11,1	7,8	4,5	5,8	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Para efeitos de comparação, foram considerados, em todos os anos, os reajustes salariais das mesmas 704 unidades de negociação

Na Tabela 1 ainda é possível observar o crescimento da proporção de reajustes salariais nas faixas de maiores ganhos reais no período analisado. Em 2008, os aumentos reais se concentraram nas faixas de ganho de 0,01% a 2,0% acima do INPC-IBGE (64% dos reajustes analisados). Em 2012, as faixas de ganho real com maior concentração de reajustes passaram a ser as de 1,01% a 3% acima do INPC-IBGE (63% dos reajustes analisados). Esse crescimento é devido, principalmente, ao aumento do número de reajustes na faixa de ganho entre 2,01% e 3%.

Ademais, ganhos reais acima de 4% foram observados em 8% dos reajustes de 2012 – percentual ligeiramente superior ao observado em 2010, que era o maior até então. No

entanto, o número de unidades de negociação com ganhos reais entre 3,01% e 4% teve redução no período 2010-2012.

A Tabela 2, a seguir, mostra de forma mais clara a distribuição dos valores das variações reais no período por decis² e pelo seu valor médio anual. A variação real pode refletir um ganho (quando o percentual de majoração total dos salários supera a inflação acumulada na data-base) ou uma perda (quando o percentual de majoração é inferior à inflação). Como pode ser observado, o patamar de ganhos reais tem aumento ano após ano, com a exceção de 2011, quando apresentou pequena retração em relação a 2010.

Em 2012, o valor médio do aumento real foi de 1,96% acima do INPC-IBGE, o maior do período analisado.

TABELA 2
Estatísticas sobre os aumentos reais⁽¹⁾
Brasil, 2008-2012

	(em %)				
Aumento Real	2008	2009	2010	2011	2012
Maior	6,92	6,99	10,91	9,37	9,79
9º decil	2,46	2,47	2,56	2,81	3,65
8º decil	1,73	1,79	2,60	2,19	2,80
7º decil	1,42	1,44	2,16	1,60	2,40
6º decil	1,04	1,08	1,64	1,52	2,02
Mediana	0,79	0,71	1,43	1,24	1,83
4º decil	0,47	0,41	1,02	1,00	1,45
3º decil	0,15	0,16	0,70	0,65	1,09
2º decil	0,00	0,02	0,31	0,29	0,88
1º decil	-0,13	-0,31	0,00	-0,09	0,00
Menor	-6,23	-5,51	-4,11	-6,05	-1,64
Médio	0,92	0,95	1,67	1,34	1,96

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-base de cada unidade de negociação

Obs.: a) Valores negativos equivalem a perdas reais.

b) Dados referentes aos reajustes salariais de 704 unidades de negociação

² Decil é qualquer um dos nove segmentos que dividem um conjunto ordenado de valores em dez partes iguais, de modo que cada parte representa 1/10 da amostra ou população. Assim O 1º decil, por exemplo, corresponde ao valor que separa os 10% mais baixos dos 90% mais altos valores de uma amostra; e o 5º decil, o valor que divide o conjunto dos 50% mais baixos dos 50% mais altos, e que, por isso, é também chamado de mediana.

Reajustes salariais por setores econômicos

Entre os setores econômicos pesquisados, a Indústria foi o que apresentou a maior incidência de aumentos reais em 2012: 97,5% das negociações analisadas neste setor apresentaram aumentos reais de salários. Também foi a Indústria o único setor a não apresentar reajustes abaixo da inflação no ano passado.

No Comércio, aproximadamente 96% das unidades de negociação analisadas tiveram reajustes acima da inflação acumulada por ocasião da data-base em 2012; 1% obteve correção salarial em valor igual à variação do INPC-IBGE; e 3%, em valor abaixo. Nos Serviços, cerca de 90% das categorias analisadas conquistaram aumentos reais; 8%, reajustes em valores iguais à inflação; e quase 3%, abaixo.

Nos três setores, a maior parte dos reajustes de 2012 se concentrou nas faixas de aumento real de até 3%, com certas particularidades: na Indústria e no Comércio a maior incidência se deu entre os ganhos de 1,01% a 3%, e nos Serviços, entre 0,01% e 2%.

Ganhos reais acima de 3% foram observados em 14% das negociações dos Serviços (mais da metade com ganhos reais superiores a 5%), 12% da Indústria e 7% do Comércio. (Tabela 3).

TABELA 3
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE,
por setor econômico
Brasil, 2012

(em %)

Variação	Indústria	Comércio	Serviços	Total
Acima do INPC-IBGE	97,5	96,4	89,5	94,6
Mais de 5% acima	2,8	1,8	8,0	4,4
De 4,01% a 5% acima	4,5	2,7	3,8	4,0
De 3,01% a 4% acima	5,1	2,7	2,1	3,7
De 2,01% a 3% acima	33,6	33,6	16,8	28,4
De 1,01% a 2% acima	34,5	41,1	30,7	34,2
De 0,01% a 1% acima	16,9	11,6	28,2	19,9
Igual ao INPC-IBGE	2,5	0,9	8,0	4,1
De 0,01% a 1% abaixo	-	2,7	2,1	1,1
De 1,01% a 2% abaixo	-	-	0,4	0,1
De 2,01% a 3% abaixo	-	-	-	-
De 3,01% a 4% abaixo	-	-	-	-
De 4,01% a 5% abaixo	-	-	-	-
Mais de 5% abaixo	-	-	-	-
Abaixo do INPC-IBGE	0,0	2,7	2,5	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Foram considerados os reajustes salariais de 353 unidades de negociação da Indústria, 112 do Comércio e 238 dos Serviços

Nas próximas três seções os reajustes serão analisados separadamente por setor econômico.

Indústria

No período 2008-2012 – com a exceção de 2009 – houve crescimento gradual na proporção de reajustes acima do INPC-IBGE, e recuo na proporção de reajustes em valores iguais e abaixo desse índice. A incidência de aumentos acima da variação do INPC-IBGE em 2012 é cerca de 11 p.p. superior ao registrado em 2008, e em torno de 7 p.p. acima do encontrado em 2011.

Quanto à distribuição dos aumentos reais segundo faixas de valor, verifica-se, no período, o aumento na proporção dos reajustes entre 2,01% e 3% acima do INPC-IBGE (com

ligeiras quedas em 2009 e 2011) e, na comparação entre 2010 e 2012, recuo de quase 6 p.p. nas faixas de valor acima de 3% do INPC-IBGE³ (Tabela 4).

TABELA 4
Distribuição dos reajustes salariais na Indústria, em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008-2012

	(em %)				
Varição	2008	2009	2010	2011	2012
Acima do INPC-IBGE	86,2	85,0	89,3	90,1	97,5
Mais de 5% acima	0,8	1,4	4,0	0,6	2,8
De 4,01% a 5% acima	1,4	0,8	5,1	2,0	4,5
De 3,01% a 4% acima	4,8	3,1	8,8	8,2	5,1
De 2,01% a 3% acima	12,1	10,7	21,5	19,8	33,6
De 1,01% a 2% acima	34,2	29,9	31,6	39,5	34,5
De 0,01% a 1% acima	32,8	39,0	18,4	20,1	16,9
Igual ao INPC-IBGE	7,9	8,8	7,6	6,8	2,5
De 0,01% a 1% abaixo	5,4	4,2	2,5	2,3	-
De 1,01% a 2% abaixo	0,3	0,6	-	0,3	-
De 2,01% a 3% abaixo	-	0,3	0,3	0,6	-
De 3,01% a 4% abaixo	-	-	0,3	-	-
De 4,01% a 5% abaixo	-	0,3	-	-	-
Mais de 5% abaixo	0,3	0,8	-	-	-
Abaixo do INPC-IBGE	5,9	6,2	3,1	3,1	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários
Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais de 354 unidades de negociação

O valor médio dos aumentos reais observados nas unidades de negociação da Indústria em 2012 foi de 2,04% – o maior dos últimos cinco anos. No recorte por atividade econômica, seis entre as nove relacionadas na Tabela 5 tiveram, em 2012, os maiores aumentos reais médios do período, com destaque para os reajustes na Construção e Mobiliário, que alcançaram um valor médio de 3,17% acima do INPC-IBGE. Apenas nas indústrias Gráficas, Metalúrgicas e do Papel, o aumento real médio de 2012 ficou abaixo do registrado em 2010.

³ No entanto, 2012 apresenta o segundo maior percentual de ganhos reais acima de 3% no período (12% dos reajustes).

TABELA 5
Aumento real médio⁽¹⁾, por atividade econômica na Indústria
Brasil, 2008-2012

Atividade Econômica	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	Painel (nº)
Alimentação	1,17	1,00	1,41	1,36	1,83	53
Construção e Mobiliário	1,49	1,40	2,67	2,22	3,17	77
Gráfica	0,97	0,81	1,59	1,08	1,27	13
Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico	2,10	1,40	2,63	1,97	2,19	71
Papel, Papelão e Cortiça	0,27	1,09	1,84	1,33	1,43	10
Química e Farmacêutica	1,13	0,87	1,54	1,30	1,74	25
Fiação e Tecelagem	0,56	0,47	0,93	0,67	1,28	16
Urbana	0,16	0,38	0,66	0,75	1,06	36
Vestuário	0,64	0,79	1,54	1,08	1,77	37
Total	1,18	1,01	1,87	1,52	2,04	354

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-base de cada unidade de negociação

Obs.: a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com 10 ou mais unidades de negociação registradas no painel analisado

b) No total foram consideradas todas as unidades de negociação do setor

Comércio

No Comércio, também se observa o crescimento na proporção de reajustes acima da variação do INPC-IBGE no período 2008-2012 – com ligeira queda em 2009 e manutenção do patamar entre 2011 e 2012. De 2008 a 2012 também ocorre redução no percentual de reajustes iguais e abaixo desse índice, ainda que não de forma constante em todo o período. O percentual de reajustes iguais ao INPC-IBGE caiu para quase 1% em 2010, patamar no qual tem se mantido desde então; e o percentual de reajustes abaixo do INPC-IBGE caiu para quase 3% em 2011, mantendo-se nesse patamar em 2012 (Tabela 6).

Em 2012, a concentração dos reajustes nas faixas de ganho entre 1,01% e 3% acima da variação do INPC-IBGE é devida, principalmente, ao crescimento no número de reajustes com ganhos entre 2,01% e 3%, e à redução no número de reajustes com ganhos entre 0,01% e 1% acima da variação do INPC-IBGE no período. Aumentos reais acima de 3% foram observados em cerca de 7% das unidades de negociações analisadas – 10 p.p. abaixo do registrado em 2010 e 1 p.p. inferior ao verificado em 2009.

TABELA 6
Distribuição dos reajustes salariais no Comércio, em comparação com o INPC-IBGE Brasil, 2008-2012

(em %)					
Variação	2008	2009	2010	2011	2012
Acima do INPC-IBGE	88,4	87,5	95,5	96,4	96,4
Mais de 5% acima	-	1,8	-	0,9	1,8
De 4,01% a 5% acima	-	1,8	0,9	0,9	2,7
De 3,01% a 4% acima	1,8	4,5	16,1	1,8	2,7
De 2,01% a 3% acima	6,3	21,4	14,3	22,3	36,6
De 1,01% a 2% acima	43,8	23,2	36,6	47,3	41,1
De 0,01% a 1% acima	36,6	34,8	27,7	23,2	11,6
Igual ao INPC-IBGE	4,5	5,4	0,9	0,9	0,9
De 0,01% a 1% abaixo	5,4	4,5	2,7	2,7	2,7
De 1,01% a 2% abaixo	0,9	0,9	-	-	-
De 2,01% a 3% abaixo	0,9	1,8	-	-	-
De 3,01% a 4% abaixo	-	-	-	-	-
De 4,01% a 5% abaixo	-	-	0,9	-	-
Mais de 5% abaixo	-	-	-	-	-
Abaixo do INPC-IBGE	7,1	7,1	3,6	2,7	2,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários
Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais de 112 unidades de negociação

Apesar da redução da ocorrência de reajustes acima de 3% do INPC-IBGE em relação a 2009 e 2010, o valor médio dos aumentos reais de 2012 foi o maior registrado no período. No segmento do Comércio de Minérios e Derivados do Petróleo, o ganho real médio em 2012 foi de 2,27%. No segmento do Comércio Varejista e Atacadista, de 1,97% (Tabela 7).

TABELA 7
Aumento real médio^(a), por atividade econômica no Comércio Brasil, 2008-2012

Atividade Econômica	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	Painel (nº)
Varejista e Atacadista	1,13	1,31	1,66	1,50	1,97	93
Minérios e Derivados de Petróleo	0,56	1,52	1,51	1,68	2,27	15
Total	1,01	1,28	1,59	1,50	2,00	112

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-base de cada unidade de negociação

Obs.: a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com dez ou mais unidades de negociação registradas no painel analisado

b) No total foram consideradas todas as unidades de negociação do setor

Serviços

No setor de Serviços, o crescimento da ocorrência de reajustes com aumentos reais no período 2008-2012 é ainda mais expressivo do que na Indústria e no Comércio. Em relação a 2008, o ano de 2012 apresenta um crescimento de aproximadamente 28 p.p. no conjunto de reajustes com aumentos reais. Em relação a 2011, o aumento foi de 11 p.p. Observa-se, também, uma redução expressiva no número de reajustes abaixo da inflação, que caem aproximadamente 18 p.p. na comparação entre 2008 e 2012. Quanto aos reajustes iguais à variação da inflação, estes caem em quase 10 p.p no período.

Outra característica importante dos reajustes salariais nos Serviços é a elevação do patamar dos aumentos reais. Cresce a incidência de aumentos reais entre 1,01% e 3% acima do INPC-IBGE, e os maiores que 4%, em especial aqueles superiores a 5% acima do índice inflacionário (Tabela 8).

TABELA 8
Distribuição dos reajustes salariais nos Serviços, em comparação com o INPC-IBGE Brasil, 2008-2012

	(em %)				
Varição	2008	2009	2010	2011	2012
Acima do INPC-IBGE	61,8	70,6	81,9	78,2	89,5
Mais de 5% acima	0,4	2,1	6,7	2,9	8,0
De 4,01% a 5% acima	0,4	2,1	2,1	0,8	3,8
De 3,01% a 4% acima	1,7	1,7	5,5	3,8	2,1
De 2,01% a 3% acima	7,6	7,6	9,7	5,0	16,8
De 1,01% a 2% acima	16,4	20,6	17,6	25,6	30,7
De 0,01% a 1% acima	35,3	36,6	40,3	39,9	28,2
Igual ao INPC-IBGE	17,6	18,9	10,9	10,5	8,0
De 0,01% a 1% abaixo	17,6	7,6	6,7	9,7	2,1
De 1,01% a 2% abaixo	1,7	0,4	0,4	0,8	0,4
De 2,01% a 3% abaixo	0,4	0,4	-	-	-
De 3,01% a 4% abaixo	-	0,4	-	-	-
De 4,01% a 5% abaixo	-	-	-	-	-
Mais de 5% abaixo	0,8	1,7	-	0,8	-
Abaixo do INPC-IBGE	20,6	10,5	7,1	11,3	2,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários
Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais de 238 unidades de negociação

Em 2012, o aumento real médio verificado nas unidades de negociação do setor de Serviços foi de 1,81% – também o maior em todo o período. Dentre as atividades econômicas, os maiores valores foram observados nas unidades de negociação do Turismo e Hospitalidade e da Segurança e Vigilância. Em três segmentos, o valor médio registrado em 2012 não foi o maior do período, ficando abaixo de 2010, a saber: Bancos e Seguros Privados⁴, Comunicações e Processamento de Dados (Tabela 9).

TABELA 9
Aumento real médio⁽¹⁾, por atividade econômica nos Serviços
Brasil, 2008-2012

Atividade Econômica	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	Painel (nº)
Bancos e Seguros Privados	1,12	0,76	2,06	1,81	1,55	12
Comunicações, Publicidade e Empresas Jornalísticas	0,05	-0,41	0,68	0,26	0,41	33
Educação	0,23	0,47	1,18	0,73	1,47	33
Processamento de Dados	0,10	0,23	1,24	0,60	1,06	14
Segurança e Vigilância	1,74	1,96	2,19	0,49	2,31	16
Serviços de Saúde	0,26	0,45	0,54	0,54	1,35	21
Transportes	0,07	0,85	1,12	1,36	1,96	38
Turismo e Hospitalidade	0,91	1,34	2,49	1,63	3,18	52
Total	0,49	0,70	1,41	0,98	1,81	238

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-base de cada unidade de negociação

Obs.: a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com dez ou mais unidades de negociação registradas no painel analisado

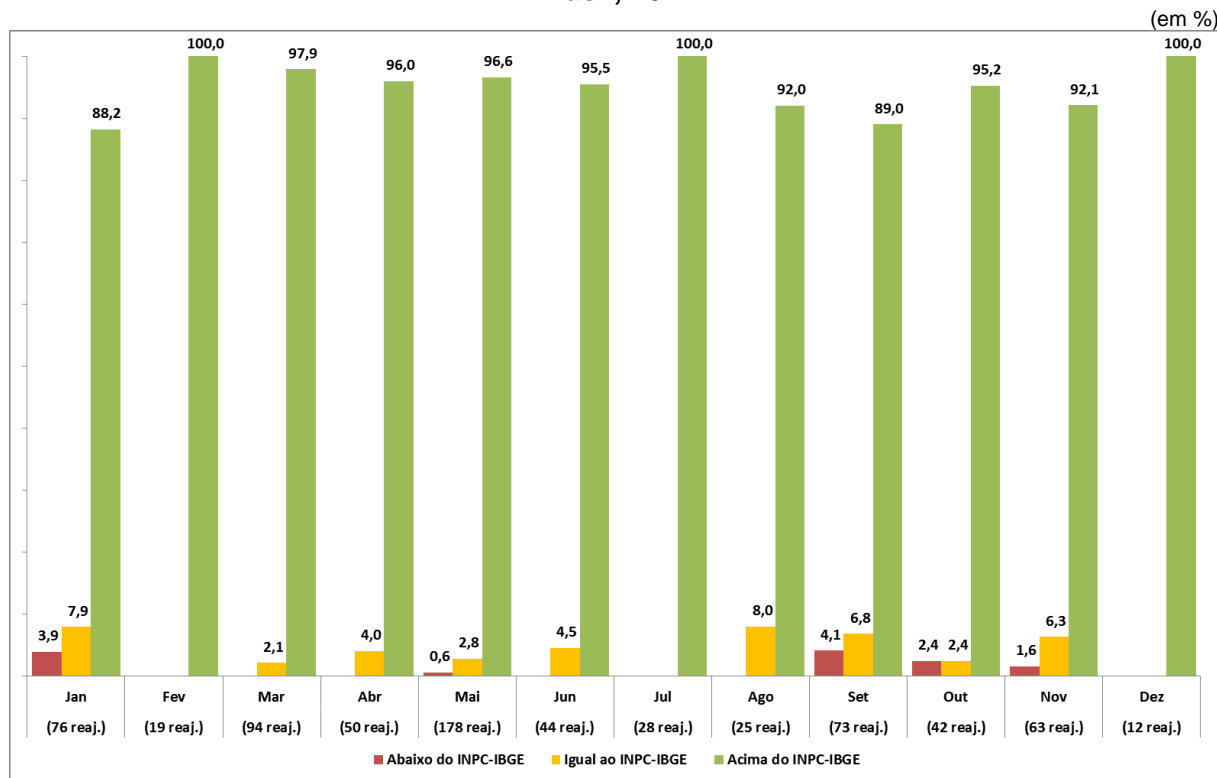
b) No total foram consideradas todas as unidades de negociação do setor

Reajustes salariais por datas-base

A análise da incidência de reajustes iguais, acima e abaixo do INPC-IBGE segundo as datas-base das unidades de negociação analisadas não revela grandes mudanças no comportamento das negociações. Em todas as datas-base de 2012 houve predomínio dos reajustes acima da inflação. A menor incidência foi observada em janeiro, quando 88% dos reajustes resultaram em aumentos reais, percentual bem inferior à média do ano (95%). A maior incidência foi observada nos meses de fevereiro, julho e dezembro, quando todos os reajustes analisados ficaram acima da inflação. Reajustes abaixo da inflação foram observados somente nas datas-base janeiro, setembro, outubro e novembro (Gráfico 1).

⁴ No caso específico dos reajustes no segmento dos bancos e seguros privados, o aumento real médio de 2012 foi inferior também ao de 2011. Contudo, esta queda é devida exclusivamente à redução expressiva nos ganhos reais de uma única unidade de negociação. As demais conquistaram em 2012 ganhos reais iguais ou superiores aos de 2011.

GRÁFICO 1
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE, e INPC-IBGE acumulado em 12 meses, por data-base Brasil, 2012



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Para se analisar a principal mudança ocorrida nas negociações por data-base é preciso observar os valores médios dos aumentos reais conquistados pelas categorias no período 2008-2012. Em 2012, os aumentos reais do segundo semestre foram, na média, menores do que os do primeiro semestre, uma inversão quanto ao observado nos quatro anos anteriores, quando o valor médio dos aumentos reais do segundo semestre sempre foram superiores. O recuo do primeiro para o segundo semestre de 2012 é expressivo: cai de 2,14% – o maior aumento real médio semestral desde 2008 – para 1,61%.

No entanto, o aumento real médio do segundo semestre de 2012 é o segundo maior dentre os observados em igual período desde 2008, atrás apenas do registrado em 2010, e o terceiro maior na comparação entre todos os semestres. As datas-base setembro, outubro, novembro e dezembro são as que apresentaram os menores valores médios em 2012 (Tabela 10).

TABELA 10
Aumento real médio, por data-base
Brasil, 2008-2012

(em %)

Data-base	2008	2009	2010	2011	2012
1º semestre	0,77	0,69	1,48	1,26	2,14
Janeiro	0,79	0,88	2,69	1,62	2,52
Fevereiro	1,08	1,20	1,45	0,91	1,79
Março	0,89	0,84	1,45	1,35	2,39
Abril	0,81	0,46	1,11	1,09	1,73
Maio	0,70	0,53	1,11	1,15	1,96
Junho	0,60	0,76	1,59	1,29	2,25
2º semestre	1,21	1,43	2,05	1,48	1,61
Julho	0,87	0,52	1,73	1,24	1,95
Agosto	1,06	1,05	1,78	1,42	1,88
Setembro	1,46	1,69	2,43	1,42	1,67
Outubro	1,24	1,71	2,44	1,58	1,59
Novembro	1,15	1,58	1,73	1,58	1,39
Dezembro	1,10	1,29	1,52	1,63	1,12
Ano	0,92	0,95	1,67	1,34	1,96

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Foram considerados os reajustes salariais de 704 unidades de negociação

No recorte por setor econômico, observa-se que o recuo foi comum aos três setores pesquisados, embora em dimensões diferentes. A maior queda foi observada nas negociações do setor de Serviços (Tabela 11).

TABELA 11
Aumento real médio, por data-base e por setor econômico
Brasil, 2012

(em %)

Data-base	Indústria	Comércio	Serviços	Total
1º semestre	2,20	2,20	2,05	2,14
2º semestre	1,81	1,76	0,84	1,61
Ano	2,04	2,00	1,81	1,96

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

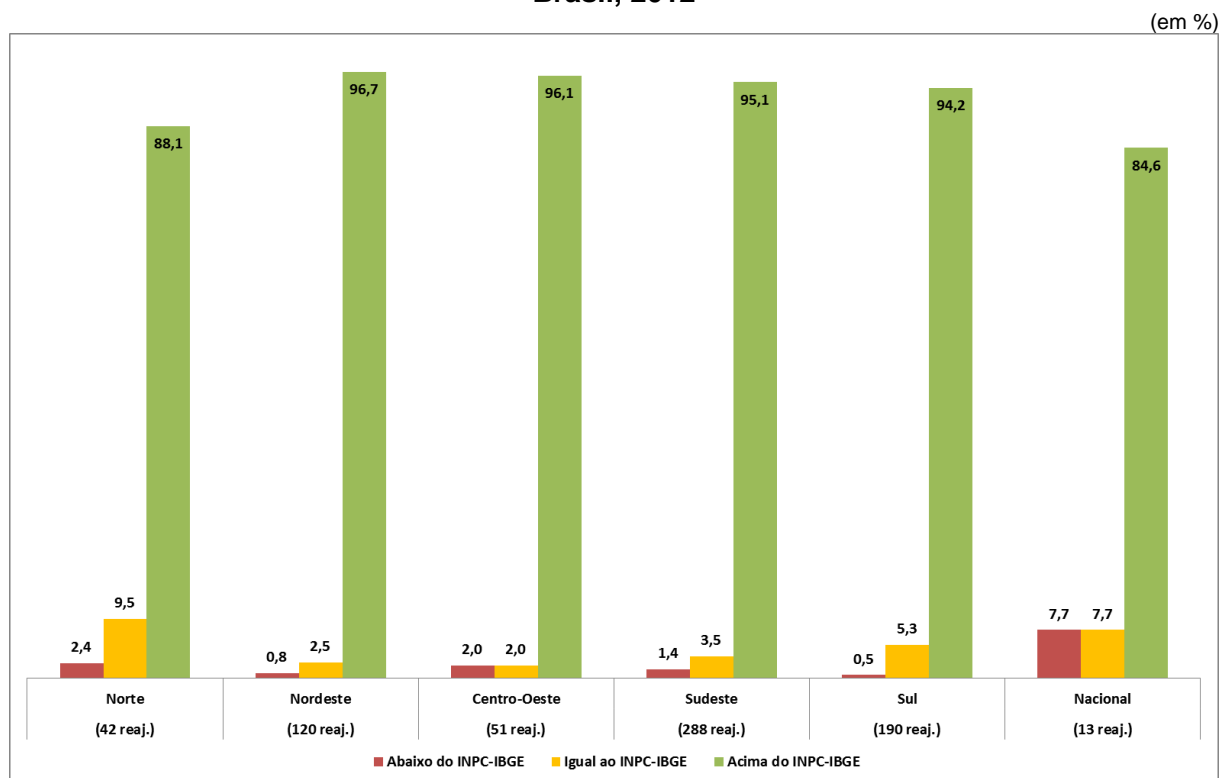
Obs.: Foram considerados os reajustes salariais de 353 unidades de negociação da Indústria (209 do primeiro semestre e 145 do segundo), 112 do Comércio (61 do primeiro semestre e 51 do segundo) e 238 dos Serviços (191 do primeiro semestre e 47 do segundo)

Reajustes salariais por regiões geográficas

O percentual de reajustes acima do INPC-IBGE por região geográfica variou entre 85%, observado nas unidades de negociação de abrangência nacional, e 97%, nas unidades de negociação do Nordeste (Gráfico 2).

Em todas as regiões foram observados reajustes iguais e abaixo da inflação, com a maior incidência verificada nas unidades de negociação de abrangência nacional (no caso dos reajustes abaixo da variação do INPC-IBGE) e nas da região Norte (no caso dos reajustes em percentual igual à variação do INPC-IBGE).

GRÁFICO 2
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE,
por região geográfica
Brasil, 2012



Quanto aos valores dos aumentos reais médios conquistados em 2012, em quase todas as regiões houve crescimento em relação ao observado nos quatro anos anteriores, à exceção das negociações de abrangência nacional, cujo aumento real médio ficou abaixo do observado em 2009 e 2010 (Tabela 12).

TABELA 12
Aumento real médio⁽¹⁾, por região geográfica
Brasil, 2008-2012

Região Geográfica	2008	2009	2010	2011	2012
Norte	0,86	1,11	1,76	0,77	1,78
Nordeste	0,73	1,08	1,86	1,28	2,26
Centro-Oeste	0,95	0,77	1,67	1,32	2,31
Sudeste	0,94	0,90	1,71	1,48	1,88
Sul	1,05	0,91	1,51	1,33	1,90
Nacional	0,47	1,35	1,33	0,59	0,96
Total	0,92	0,95	1,67	1,34	1,96

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-base de cada unidade de negociação

Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais de 42 unidades de negociação da região Norte, 120 do Nordeste, 51 do Centro-Oeste; 288 no Sudeste, 189 no Sul e 13 de abrangência nacional

Reajustes salariais por tipo de negociação

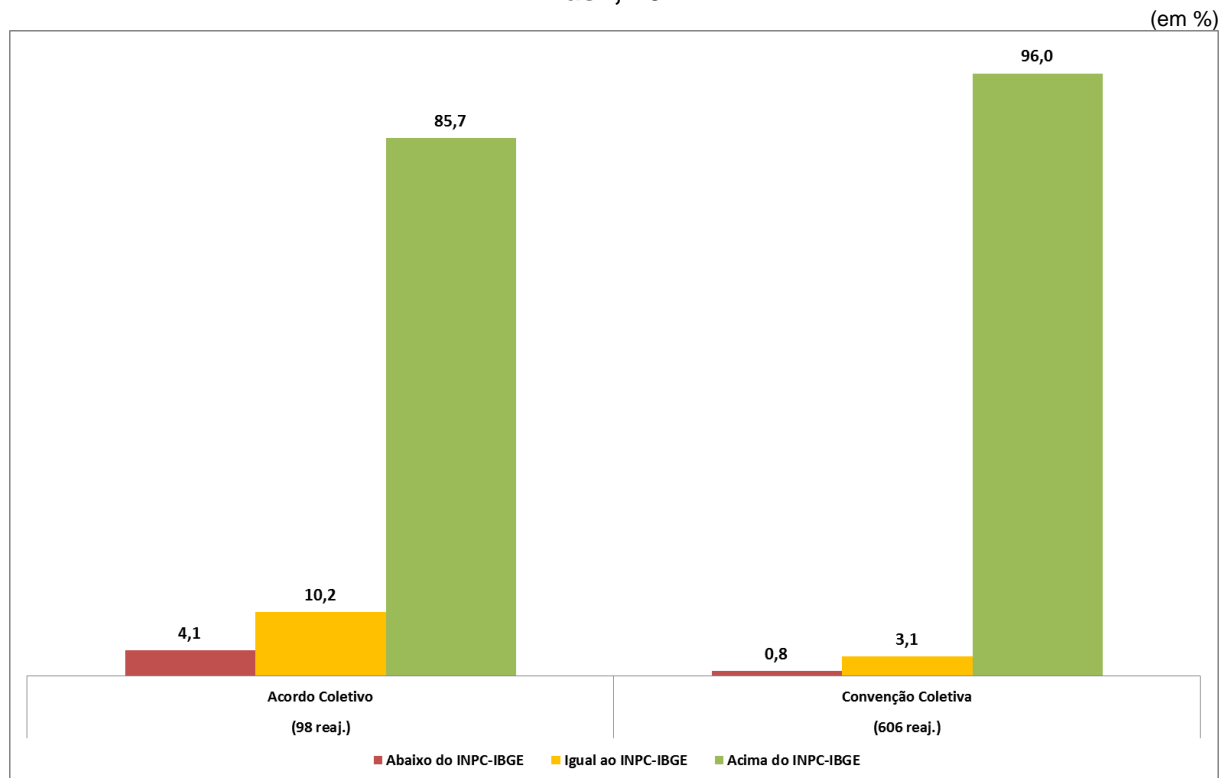
Quanto aos reajustes obtidos pelas unidades de negociação conforme o tipo de instrumento normativo assinado, cerca de 96% daquelas que assinam convenções coletivas de trabalho⁵ conquistaram aumento real. Para as que assinam acordos coletivos de trabalho⁶, a ocorrência de aumentos reais foi menor – cerca de 86% desses instrumentos (Gráfico 3).

O valor médio dos aumentos reais nas convenções coletivas de 2012 foi de 2,09%. Nos acordos coletivos foi de 1,13%.

⁵ Modalidade de contrato coletivo assinado por entidades sindicais de trabalhadores e entidades sindicais patronais, que abrange toda ou parte de uma categoria profissional.

⁶ Modalidade de contrato coletivo assinado por entidades sindicais de trabalhadores e empresas, que abrange todos ou parte dos trabalhadores destas empresas. Os acordos coletivos em geral são menos abrangentes que as convenções coletivas.

GRÁFICO 3
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE, por tipo de instrumento
Brasil, 2012



Modalidades especiais das negociações salariais

Mantendo o comportamento observado nos últimos anos, a imensa maioria dos reajustes salariais de 2012 foi concedida em uma única parcela. Apenas 4% dos reajustes salariais foram pagos em mais de uma parcela (Tabela 13).

TABELA 13
Unidades de negociação com reajustes salariais pagos em uma vez, reajustes salariais parcelados e sem reajustes salariais
Brasil, 2008-2012

	(em %)				
	2008	2009	2010	2011	2012
Pagamento em uma vez	95,6	93,3	95,2	94,5	95,6
Pagamento parcelado	4,0	5,5	4,7	5,3	4,4
em 2 vezes	3,8	4,8	4,1	4,3	4,4
em 3 vezes	0,1	0,6	0,6	1,0	-
em 4 vezes ou mais	-	0,1	-	-	-
Sem reajuste	0,4	1,1	0,1	0,3	-

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Para efeitos de comparação, foram considerados, em todos os anos, os reajustes salariais das mesmas 704 unidades de negociação

Quanto ao escalonamento⁷, cerca de 22% das unidades de negociação analisadas em 2012 adotaram essa modalidade de pagamento de reajustes. Esse percentual é o mais elevado desde 2008.

Nas negociações que definiram reajustes escalonados, o valor médio do aumento real foi de 2,64%⁸. Nas que definiram reajustes em valor único, foi de 1,76%.

Quanto à concessão de abonos salariais, os mesmos foram observados em cerca de 10% das unidades de negociação analisadas em 2012. Esse percentual é ligeiramente menor do que o observado em 2010, que apresentou a maior incidência de abonos salariais no período.

TABELA 14
Unidades de negociação com reajustes salariais escalonados e pagamento de abono salarial
Brasil, 2008-2012

	(em %)				
	2008	2009	2010	2011	2012
Escalonamento	15,9	15,6	19,2	19,6	22,2
Abono salarial	8,4	7,7	11,8	9,7	10,1

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Para efeitos de comparação, foram considerados, em todos os anos, os reajustes salariais das mesmas 704 unidades de negociação

⁷ Quando são definidos valores diferentes de reajuste segundo faixas de remuneração do trabalhador, com o maior valor sendo aplicado no salário dos trabalhadores situados na menor faixa salarial.

⁸ No caso dos reajustes escalonados, computou-se o percentual incidente sobre o menor salário ou, quando disponível a informação, sobre a faixa salarial mais abrangente (ver nota metodológica nº 9).

Resultados segundo o ICV-DIEESE

A análise dos reajustes salariais tendo por base o Índice do Custo de Vida do DIEESE (ICV-DIEESE) como deflator revela que aproximadamente 86% dos reajustes observados em 2012 resultaram em aumentos reais, e quase 15% foram insuficientes para recompor o valor dos salários. De acordo com o ICV-DIEESE, 2012 apresenta o terceiro melhor resultado dos últimos cinco anos, ficando abaixo dos resultados de 2008 e 2009 (Tabela 15).

TABELA 15
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o ICV-DIEESE
Brasil, 2008-2012

	(em %)				
Variação	2008	2009	2010	2011	2012
Acima do ICV-DIEESE	97,4	94,2	79,4	77,8	85,5
Mais de 5% acima	1,4	2,3	3,1	1,1	3,8
De 4,01% a 5% acima	3,0	2,0	3,0	1,1	2,1
De 3,01% a 4% acima	9,7	5,4	5,0	4,0	4,3
De 2,01% a 3% acima	20,7	16,2	13,8	11,4	14,6
De 1,01% a 2% acima	37,9	25,0	21,9	27,4	36,1
De 0,01% a 1% acima	24,7	43,3	32,7	32,8	24,6
Igual ao ICV-DIEESE	0,0	0,1	0,0	0,3	0,0
De 0,01% a 1% abaixo	2,0	3,8	19,5	19,6	13,9
De 1,01% a 2% abaixo	0,1	0,4	0,7	1,3	0,6
De 2,01% a 3% abaixo	-	0,1	0,1	0,7	-
De 3,01% a 4% abaixo	-	0,3	0,1	-	-
De 4,01% a 5% abaixo	0,4	0,4	0,1	-	-
Mais de 5% abaixo	-	0,6	-	0,3	-
Abaixo do ICV-DIEESE	2,6	5,7	20,6	21,9	14,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Para efeitos de comparação, foram considerados, em todos os anos, os reajustes salariais das mesmas 704 unidades de negociação

Os resultados apurados segundo comparação com o ICV-DIEESE contrastam com o observado através da comparação com o INPC-IBGE. Essa discrepância decorre da diferença entre a variação das taxas de inflação medida pelos índices (ver Tabela 16, no anexo).

Considerações finais

Correspondendo às expectativas criadas pelas negociações dos reajustes salariais do primeiro semestre de 2012, o balanço anual dos reajustes revela, com base no INPC-IBGE, o

melhor resultado entre os analisados pelo DIEESE desde 1996. Utilizando-se o INPC-IBGE, constata-se que 2012 foi o melhor ano dos reajustes salariais seja em termos da quantidade de reajustes acima da inflação, seja em relação ao valor médio dos aumentos reais, tanto no quadro geral quanto segundo recortes setorial e regional.

No entanto, quando analisados os aumentos reais segundo o recorte por data-base, observa-se que no segundo semestre de 2012 estes foram, em média, menores do que os conquistados pelas categorias profissionais com data-base no primeiro semestre, um comportamento diverso do observado nos anos anteriores. Em geral, os aumentos reais do segundo semestre são maiores, o que ocorre devido, principalmente, à concentração de data-base de categorias profissionais com maior poder de negociação. Em 2012 ocorre o contrário. O aumento real médio cai em todos os setores – Indústria, Comércio e Serviços –, em especial nas data-base de setembro a dezembro.

Entre as possíveis causas para a redução dos ganhos reais no segundo semestre há que se considerar o ritmo lento da atividade econômica em 2012, que resultou no crescimento de apenas 0,9% do PIB nacional, com queda dos investimentos. Ao longo do ano, na medida em que os dados econômicos nacionais foram se consolidando, verificou-se uma piora gradativa das expectativas dos empresários quanto à reação da atividade econômica⁹. Tal agravamento pode ter resultado no endurecimento da postura patronal nas negociações coletivas.

Outro fator a ser levado em consideração é a elevação das taxas de inflação de 12 meses a partir de julho, segundo o INPC-IBGE¹⁰, o que tende a limitar as possibilidades de obtenção de ganhos reais pelos trabalhadores.

Entretanto, mesmo com a queda no aumento real médio do segundo semestre, este foi inferior apenas ao observado no segundo semestre de 2010. E o resultado anual consolidado, o melhor dentre todos os analisados pelo DIEESE.

Para 2013, a tendência é de as negociações manterem ou avançarem os patamares conquistados em 2012. A situação econômica é claramente mais positiva. O PIB já está rodando em torno de 2,4% ao ano, podendo chegar a 3% e 4% até final de dezembro. A taxa de câmbio está mais adequada para a competitividade das exportações e para a inibição da importação de produtos industriais. A taxa básica Selic, em termos reais, está no seu menor

⁹ Apesar das diversas medidas econômicas adotadas pelo governo para reerguer o investimento, dentre elas a redução nos juros, readequação cambial e desoneração das folhas de pagamento em alguns setores. Tais medidas tendem a surtir efeitos no médio e longo prazo.

¹⁰ Ver Tabela 16 no anexo.

patamar histórico. A inflação, cujos índices mantiveram-se elevados no primeiro bimestre do ano, tende a ficar dentro da meta estabelecida pelo governo pelo décimo ano seguido¹¹. E por fim, cabe destacar que a taxa de desemprego, uma variável fundamental nas negociações coletivas, está no menor patamar da história.

Este cenário e o importante papel desempenhado pelas entidades sindicais de trabalhadores na defesa dos ganhos dos trabalhadores e no combate à desigualdade social - ações imprescindíveis para o desenvolvimento do país - abrem a perspectiva para outro bom resultado em 2013.

¹¹ A esse respeito, cabe destacar medidas como a redução no valor da tarifa elétrica tanto para famílias, como para as empresas; e a desoneração dos produtos que compõem a cesta básica.

Anexos

Nesta seção são apresentadas tabelas com informações complementares ao Balanço dos Reajustes Salariais de 2012. A Tabela 16 apresenta os percentuais de reposição salarial em cada data-base de 2008 a 2012, segundo o INPC-IBGE e o ICV-DIEESE, e as tabelas de número 17 a 20 apresentam dados que descrevem o painel utilizado, como a distribuição das unidades de negociação analisadas por data-base (Tabela 17), por tipo de instrumento normativo (Tabela 18); por setor e atividade econômica (Tabela 19) e por região geográfica e Unidade da Federação (Tabela 20).

TABELA 16
Reajustes necessários na data-base, segundo o INPC-IBGE e ICV-DIEESE
Brasil, 2008 a 2012

(em %)

Data-base	INPC-IBGE					ICV-DIEESE				
	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012
Média 1º Sem.	5,76	6,06	4,89	6,40	5,32	4,72	5,80	5,32	6,82	5,78
Janeiro	5,16	6,48	4,11	6,47	6,08	4,79	6,11	4,04	6,91	6,09
Fevereiro	5,36	6,43	4,36	6,53	5,63	4,72	5,91	5,10	6,46	6,12
Março	5,43	6,25	4,77	6,36	5,47	4,47	5,96	5,70	6,26	5,83
Abril	5,50	5,92	5,30	6,31	4,97	4,68	5,91	5,78	6,72	5,49
Mai	5,90	5,83	5,49	6,30	4,88	4,69	5,79	5,68	7,33	5,37
Junho	6,64	5,45	5,31	6,44	4,86	4,94	5,12	5,60	7,21	5,78
Média 2º Sem.	7,25	4,46	4,94	6,86	5,53	6,77	3,94	5,58	6,96	6,29
Julho	7,28	4,94	4,76	6,80	4,90	5,80	4,16	5,57	6,82	6,39
Agosto	7,56	4,57	4,44	6,87	5,36	7,04	3,77	5,20	7,14	6,37
Setembro	7,15	4,44	4,29	7,39	5,39	6,96	3,75	5,15	7,29	6,18
Outubro	7,04	4,45	4,68	7,30	5,58	6,78	3,89	5,42	7,45	5,90
Novembro	7,26	4,18	5,39	6,66	5,99	6,89	3,99	5,84	6,79	6,43
Dezembro	7,20	4,17	6,08	6,17	5,96	7,16	4,06	6,30	6,24	6,45
Média Anual	6,46	5,26	4,92	6,63	5,42	5,74	4,87	5,45	6,89	6,03

Fontes: IBGE e DIEESE

Obs.: Valores correspondentes à variação acumulada do índice nos 12 meses anteriores a cada data-base.

TABELA 17
Distribuição dos reajustes salariais, por data-base
Brasil, 2008-2012

Data-base	2008		2009		2010		2011		2012	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Janeiro	49	7,0	48	6,8	69	9,8	74	10,5	76	10,8
Fevereiro	29	4,1	33	4,7	24	3,4	21	3,0	19	2,7
Março	88	12,5	89	12,6	89	12,6	91	12,9	94	13,4
Abril	49	7,0	48	6,8	47	6,7	48	6,8	50	7,1
Maió	202	28,7	195	27,7	188	26,7	182	25,9	178	25,3
Junho	46	6,5	47	6,7	45	6,4	47	6,7	44	6,3
Julho	26	3,7	28	4,0	28	4,0	27	3,8	28	4,0
Agosto	25	3,6	28	4,0	25	3,6	25	3,6	25	3,6
Setembro	66	9,4	67	9,5	70	9,9	71	10,1	73	10,4
Outubro	46	6,5	41	5,8	41	5,8	41	5,8	42	6,0
Novembro	64	9,1	65	9,2	65	9,2	65	9,2	63	8,9
Dezembro	14	2,0	15	2,1	13	1,8	12	1,7	12	1,7
TOTAL	704	100,0	704	100,0	704	100,0	704	100,0	704	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

TABELA 18
Distribuição dos reajustes salariais, por tipo de instrumento normativo
Brasil, 2008-2012

Tipo de instrumento	nº	%
Acordo Coletivo	98	13,9
Convenção Coletiva	606	86,1
Total	704	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários
Obs.: Acordo Coletivo de Trabalho é o nome que se dá ao contrato coletivo assinado por entidades sindicais de trabalhadores diretamente com as empresas, e Convenção Coletiva de Trabalho, o nome que se dá ao contrato coletivo assinado por entidades sindicais de trabalhadores e de empresas

TABELA 19
Distribuição dos reajustes salariais, por setor e atividade econômica
Brasil, 2008-2012

Setor / Atividade Econômica	nº	%
INDÚSTRIA	354	50,3
Alimentação	53	7,5
Artefatos de Borracha	4	0,6
Artefatos de Couro	1	0,1
Cinematográfica	1	0,1
Construção e Mobiliário	77	10,9
Extrativista	6	0,9
Gráfica	13	1,8
Instrumentos Musicais e Brinquedos	1	0,1
Joalheria e Lapidação	1	0,1
Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico	71	10,1
Papel, Papelão e Cortiça	10	1,4
Química e Farmacêutica	25	3,6
Fiação e Tecelagem	16	2,3
Urbana	36	5,1
Vestuário	37	5,3
Vidros	2	0,3
COMÉRCIO	112	15,9
Varejista e Atacadista	93	13,2
Minérios e Derivados de Petróleo	15	2,1
Propagandistas e Vendedores de Prod. Farmac.	4	0,6
SERVIÇOS	238	33,8
Agentes Autônomos no Comércio	8	1,1
Bancos e Seguros Privados	12	1,7
Comunicações, Publicidade e Empresas Jornal.	33	4,7
Cultura Física	1	0,1
Difusão Cultural	9	1,3
Educação	33	4,7
Processamento de Dados	14	2,0
Profissionais Liberais	1	0,1
Segurança e Vigilância	16	2,3
Serviços de Saúde	21	3,0
Transportes	38	5,4
Turismo e Hospitalidade	52	7,4
Total	704	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

TABELA 20
Distribuição dos reajustes salariais, por região geográfica e unidade da federação
Brasil, 2008-2012

Região / UF	nº	%
NORTE	42	6,0
Amazonas	20	2,8
Pará	18	2,6
Rondônia	3	0,4
Roraima	1	0,1
NORDESTE	120	17,0
Alagoas	2	0,3
Bahia	41	5,8
Ceará	20	2,8
Paraíba	8	1,1
Pernambuco	21	3,0
Piauí	4	0,6
Rio Grande do Norte	15	2,1
Sergipe	9	1,3
CENTRO-OESTE	51	7,2
Distrito Federal	20	2,8
Goiás	21	3,0
Mato Grosso	5	0,7
Mato Grosso do Sul	5	0,7
SUDESTE	288	40,9
Espírito Santo	12	1,7
Minas Gerais	65	9,2
Rio de Janeiro	65	9,2
São Paulo	146	20,7
SUL	190	27,0
Paraná	64	9,1
Rio Grande do Sul	73	10,4
Santa Catarina	53	7,5
Nacional⁽¹⁾	13	1,8
Total	704	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários
Nota: (1) Reajustes salariais definidos em acordos ou convenções coletivas de trabalho com abrangência nacional ou inter-regional.

Notas metodológicas

1. As informações que embasam este estudo foram extraídas de acordos e convenções coletivas de trabalho registradas no Sistema de Acompanhamento de Salários – SAS-DIEESE. Os documentos foram remetidos ao Departamento pelas entidades sindicais envolvidas nas negociações coletivas ou pelos escritórios regionais e subseções (unidades de trabalho do DIEESE que funcionam dentro de entidades sindicais). Complementarmente, também foi considerado o noticiário da imprensa escrita e dos veículos impressos ou virtuais do meio sindical – jornais e revistas de sindicatos representativos de trabalhadores e de entidades sindicais empresariais.
2. Os dados aqui apresentados têm valor indicativo e buscam captar tendências da negociação salarial no país.
3. O painel de informações utilizado não permite extrapolações para além do conjunto exposto neste trabalho, dado que não se trata de amostra estatística.
4. Cada registro do painel refere-se a uma unidade de negociação. Por unidade de negociação, entende-se cada núcleo de negociação coletiva entre representantes de trabalhadores e empresários que resulta em um documento formalizado entre as partes.
5. O presente estudo analisou os reajustes salariais negociados por 704 unidades de negociação da Indústria, Comércio e Serviços. Estas negociações compõem o painel fixo de categorias acompanhadas pelo SAS-DIEESE, cujo ano-base de referência é 2008, e que conta atualmente com 895 unidades de negociação dos três setores citados mais o Rural.
6. Foram excluídos desta pesquisa os contratos assinados por entidades representativas de trabalhadores rurais e de funcionários públicos. Isto se deve às peculiaridades da dinâmica e dos resultados das negociações dessas categorias, que diferem significativamente das desenvolvidas nos demais setores econômicos.
7. O foco exclusivo das análises desenvolvidas nesta pesquisa são as negociações por reajuste dos salários diretos. Não faz parte das pretensões deste trabalho, portanto, a abordagem dos efeitos de vantagens compensatórias acordadas sob a forma de remuneração indireta ou variável (auxílios e adicionais).

8. Os reajustes aplicados aos pisos salariais são frequentemente mais elevados do que os incidentes sobre as faixas de remuneração superiores. Para a elaboração deste estudo, foram desconsiderados os percentuais de reajuste dirigidos exclusivamente aos pisos.
9. No caso de reajustes salariais escalonados por faixas de remuneração, foi registrado o percentual incidente sobre o menor salário ou, quando disponível a informação, sobre a faixa salarial mais abrangente.
10. Nas tabelas do estudo, os percentuais serão sempre apresentados com arredondamento na primeira casa decimal; e no texto, aparecerão arredondados para o valor inteiro mais próximo.



Rua Aurora, 957 - 1º andar - Centro
01209-001 - São Paulo - SP
PABX: (011) 3821-2199
Fax: (011) 3821-2179

Direção Executiva

Presidente: Antonio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Secretária Executiva: Zenaide Honório

APEOESP Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice Presidente: Alberto Soares da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretor Executivo: Edson Antônio dos Anjos

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Ângelo Máximo de Oliveira Pinho

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais

Nelson de Chueri Karam – coordenador de educação

Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Técnico Responsável

Luís Augusto Ribeiro da Costa

Equipe de Crítica e Revisão Técnica

Carlindo Rodrigues de Oliveira

Celi Audi

Frederico Melo

José Álvaro Cardoso

José Silvestre Prado de Oliveira

Paulo Jager

Rafael Soares Serrao

Iara Heger (revisão de texto)